

“Viradas” políticas e desafios educacionais na Bahia no alvorecer dos anos 90

Antonia Almeida Silva*

RESUMO

O trabalho foca a educação na Bahia problematizando os movimentos operados pela classe dirigente no curso da transição política brasileira, mais precisamente na Nova República, para recomposição do poder e viabilização das reformas do Estado e da educação nos anos 90. A tese que mobiliza este ensaio é a de que a atitude de “agente interessado” na justiça social assumida pelo Estado na década de 1980 foi fundamental para reagregar a classe hegemônica e garantir a continuidade do seu projeto. A análise interroga o significado da vitória do grupo político liderado por Antonio Carlos Magalhães nas eleições de 1990, num cenário em que a gestão do chamado governo da mudança, liderado por Waldir Pires, fracassa como alternativa política capaz de alavancar o desenvolvimento no estado da Bahia.

Palavras chaves: Estado, política educacional, Nova República

Political turns and educational challenges in Bahia in the rising 90's

ABSTRACT

The work focuses on education in Bahia and analyzes the ruling class's movements that attempt to reorganize the power and to make viable State and educational reforms during the political transition period called “New Republic”. The thesis this article assumes is that the attitude of “being interested in social justice” adopted by the State in the 1980s played a very important role in order to reunify the hegemonic class and to ensure the continuity of its project. We analyze some meanings of the victory of political group led by Antonio Carlos Magalhães in 1990's elections, in a context when the so-called “Government of Change”, led by Waldir Pires, failed as a political alternative which could increase social and economic development.

Key Words: State, educational politics, New Republic

1- Da ascensão e falência do discurso social na Nova República

A Nova República caracteriza uma etapa especial no processo de transição política brasileira. Não só era a culminância de um percurso difícil, cheio de avanços e recuos rumo ao regime político democrático, mas também um momento que se diferenciava pela tônica reformista assumida pelos poderes constituídos, particularmente o Executivo. Mais que um acerto de contas político, a Nova República prometia deflagrar um processo de reparação da dívida social brasileira, por meio de redistribuição de renda e combate à pobreza. Como lembra Aspásia Camargo,

* Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), doutora em educação pela USP.

O projeto de transição em torno do qual uniram-se velhos quadros políticos de origens tão diversas foi o das reformas sociais e o do liberalismo político, claramente definido na campanha presidencial de 1984. Este projeto estava contido na “Carta de Vitória” e no programa de governo anunciado no Congresso em Janeiro de 1985, no discurso do presidente eleito Tancredo Neves. No texto do discurso, afirma-se um ideário nacionalista – herança da era de Vargas – voltado para a integração Estado-Nação, para a retomada do desenvolvimento econômico com autonomia nacional. Ao mesmo tempo, o presidente enumera medidas urgentes de expansão e consolidação do setor moderno, tais como a reforma administrativa e o investimento prioritário em ciência e tecnologia, ao lado de uma política de reformas voltadas para a redistribuição de rendas e o incisivo combate à pobreza. Ambas as frentes – de modernização e de reformas – seriam acompanhadas ou precedidas por medidas políticas de liberalização – liberdade de imprensa, restauração do Poder Legislativo, valorização dos partidos políticos – e de redemocratização e expansão da cidadania: convocação da Constituinte, legalização dos partidos de esquerda, voto do analfabeto e eleições gerais e diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República, prevista para 1988 (CAMARGO, 1989, p. 38, grifos meus).

Essas promessas não estavam no discurso de Tancredo por acaso. Elas se constituíram em peças-chave para diferenciar o novo governo dos governos dos militares. Essa diferenciação construiu-se muito cedo dentro do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que, à frente da Aliança Democrática¹, passou da oposição para o governo com a eleição do primeiro presidente civil pós-1964. O PMDB, antes MDB, vinha de longa trajetória de ataque às políticas dos governos militares, apontadas como responsáveis pelas desigualdades econômicas e sociais. Daí que, uma vez assumida a Presidência, nem o PMDB nem seus aliados organizados na Aliança Democrática poderiam, de imediato, abandonar o discurso que lhes fizera chegar ao governo.

Se antes o Estado estava marcado pelo autoritarismo, agora ele se projetava pelo discurso da reordenação e da integração dos segmentos sociais e políticos marginalizados, passando a figurar como mediador dos diversos interesses que se apresentavam na cena política. Assim, a retórica da participação popular e da prioridade aos projetos sociais se coadunava ao processo de reordenação do poder estatal, num movimento em que o Estado tendia a se apresentar como um agente da justiça social.

Vale lembrar não só o fato de que se vivia no país um momento de abertura política, mas também de efervescência e mobilização social intensa, caracterizando um momento de confronto à já histórica exacerbação da sociedade política brasileira e de fortalecimento da sociedade civil, inaugurando um momento novo nas relações de poder, o qual exigia novas formas de intervenção organizada da classe dominante em face da

¹ A Aliança Democrática foi a frente que albergou diferentes partidos políticos para concorrer à Presidência da República no Colégio Eleitoral em 1984, que resultou na vitória de Tancredo Neves. Sua composição era heterogênea e ia desde o PMDB até dissidentes do PDS, entre outros partidos.

mobilização dos setores populares. Nesse período, não por acaso, embora alguns países já implementassem políticas impopulares, com prioridade para a estabilidade monetária e a contenção do orçamento, alimentavam-se no Brasil expectativas em torno de políticas de expansão de direitos. Nos bastidores da política, porém, a situação era controversa.

A atuação das forças dominantes na Constituinte é um exemplo disso, como conseguiu mostrar Dreifuss (1989) ao explicitar nuances e estratégias encetadas por diferentes segmentos empresariais para controlar a elaboração da Carta de 1988. Fica claro nesse estudo que as conquistas organizacionais dos setores populares ainda eram tidas como uma grande ameaça. Como veio a se confirmar posteriormente, não era a democracia em si que tirava o sono da classe dominante nesse período, mas sua adequação e reinserção à nova configuração do capitalismo mundial. Dreifuss percebe esse processo e o documenta em seu trabalho, dizendo que:

Apesar da indiferença de muitos, estava em curso um diligente e apressado trabalho de reestruturação política do empresariado, que dava a medida do empenho e combatividade de certas elites dispostas a enfrentar os novos desafios. Assim, o brasileiro descobriu na envelhecida Nova República uma classe empresarial que passara a se envolver na política de forma aberta e vocal – mas sem desdenhar meio e métodos mais sub-reptícios –, numa percepção da necessidade de reorganizar-se política e ideologicamente, o que requeria a articulação de um programa de governo, que, por sua vez, demandava preparação político-operacional. Em outras palavras: os empresários se preparavam para defender não somente a existência do atual regime e sistema, mas a sua readequação, desenvolvimento e estabilidade, assim como a sua reinserção ou reboque na nova configuração transnacional. Tal empreitada, porém, estava comprometida na origem, pois os reajustes propostos esbarravam, mais uma vez, nos limites do realinhamento conservador, da convergência elitista e do transformismo institucional (DREIFUSS, 1989, p. 45).

Logo, estava em questão não só a culminância da transição para a democracia, mas um processo que recolocava em pauta o poder, mexendo por dentro nas formas de organização e atuação da classe dominante. A reação à organização e à mobilização populares desta feita não se daria pelas vias de costume: os golpes e os quase golpes relatados por Oliveira (2001) foram postos de lado, pois talvez não coubessem ou não tivessem como ser sustentados.

Os anos 90 irromperam nesse processo trazendo para a pauta a contraposição entre o Estado provedor de benefícios e serviços e o Estado ágil e eficiente em suas funções de regular e fiscalizar os serviços. Nota-se que ao longo dessa trajetória os discursos compostos na década de 80, tendo como eixo a democratização, foram na década de 90 progressivamente recompostos, para dar lugar a um outro tipo de argumentação centrada nas exigências do mercado e na reestruturação produtiva.

Se os anos 80 foram marcados por grande esforço de mobilização e de participação da sociedade civil nos rumos políticos e sociais do país, os anos 90 seriam marcados por um processo de intenso enfraquecimento das instituições, desmobilização política e promoção de um discurso que desqualificava ideais e valores antes tidos como pontos convergentes para a construção da democracia. No lugar das máximas da igualdade de oportunidades, da participação e do desenvolvimento com justiça social, passaram a ser dominantes as concepções de Estado que celebravam a desregulamentação dos fluxos financeiros, a redução das proteções sociais e as responsabilidades individuais.

Trata-se de uma visão de mundo cujos delineamentos sustentam um novo pacto político orientado ao desenvolvimento capitalista mais recente, no qual a modernidade/modernização aflora como sinônimo de uma forma de capitalismo. Bresser Pereira, como um dos mais influentes representantes dessa visão no Brasil, sustenta, por exemplo, que

Uma sociedade é moderna quando, no âmbito econômico, aloca recursos de forma razoavelmente eficiente por meio do mercado e é dinâmica em termos tecnológicos, no âmbito social, quando a desigualdade econômica é limitada, embora exista; e, no domínio político, quando a democracia está consolidada (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 196).

Sob esta perspectiva, ainda que a democracia permanecesse aclamada como base política do Estado de direito e da organização social, o discurso da justiça social apresenta-se esvaziado e em rota de colisão com a perspectiva de desenvolvimento. Tais mudanças certamente não cabiam no governo da Nova República, mas os efeitos produzidos por ela foram fundamentais para afirmar a crise do modo de intervenção do Estado e alavancar o desenvolvimento orientado ao mercado e a reforma fiscal como alternativas.

Era necessário reorganizar-se, e a Nova República cumpriu bem essa tarefa fortalecendo o discurso da justiça social, desconstruindo a imagem do Estado autoritário e, principalmente, revelando um Estado assaz incapaz de enfrentar os grandes problemas de seu tempo fora de um processo de redirecionamento de suas funções.

No plano estadual, as lideranças políticas do carlismo souberam tirar proveito disso, assumindo uma oposição agressiva ao governador que ascendera num momento de entusiasmo em que as contradições da democratização negociada ainda não se haviam mostrado plenamente.

2- O governo Waldir Pires e a política educacional: uma pausa para a reorganização local do carlismo?

Waldir Pires era um nome simbólico no contexto da renovação aspirada na transição. Sua trajetória é resumida por João Gomes nos seguintes termos:

sempre se colocara a serviço das causas populares e de defesa dos interesses do Brasil. Desde cedo envolveu-se em posições nacionalistas, pregando uma política externa soberana e independente. Em inícios da década de 40, engrossara a agitação cívica deflagrada para forçar o governo Vargas a formar ao lado dos aliados contra a Alemanha nazista, subindo aos palanques armados nas praças públicas para defender as liberdades ameaçadas pelas ditaduras. Lutara pela encampação da Bond and Share na Bahia e em defesa das riquezas nacionais, participando dos movimentos em prol do petróleo brasileiro, que culminaram com a criação da Petrobrás por Getúlio Vargas. Ao lado disso, mantivera-se fiel a João Goulart até o fim (GOMES, 2001, p. 343).

Na Nova República, Waldir Pires compunha o governo assumindo o cargo de ministro da Previdência Social. Nessa função, destacara-se logo como um dos cinco novos ministros que “foram banidos pelo governo militar com cassação de seus mandatos ou a perda dos seus direitos políticos ou ambas” (SKIDMORE, 1988, p. 497)². Tratava-se, portanto, de uma referência política com inserção nacional e que, à frente do governo do estado, representava também a vitória do projeto político-econômico-social da Nova República.

Em 15 de março de 1987, Waldir Pires e Nilo Coelho assumiram o governo da Bahia dentro de um clima de muitas expectativas, com o *slogan* “governo democrático da mudança”. A forte associação entre a trajetória política de Waldir Pires e os discursos de justiça social, democracia e Estado voltado para o interesse público credenciaram esse governo como alternativa para inaugurar uma nova fase na vida político-governamental baiana. Waldir Pires assumiu o governo afirmando a construção de um “tempo novo” e definiu seu governo como o governo da liberdade, conclamando a todos a ajudar a construir e organizar “*uma sociedade em que as liberdades e os direitos fundamentais do homem sejam inegociáveis e onde o bem-estar das populações e de cada indivíduo seja plenamente assegurado*” (PIRES, 1987, p. 14-16).

Com esse espírito, ele assentaria sua plataforma de governo sob as bandeiras da transparência e da justiça, preconizando a moralização e a eficiência dos serviços prestados pelo Estado como fundamentos da sua administração.

² Os demais ministros a que se refere o autor eram: José Aparecido, Renato Archer, Aluísio Alves e Renato Gusmão.

Para a Secretaria da Educação, Waldir Pires nomeou Mariaugusta Rosa Rocha. A secretária não anunciou de imediato um plano para a educação; suas ações foram no sentido de assegurar algumas condições básicas de funcionamento da rede estadual de educação. Logo no primeiro dia de governo, Waldir Pires e a secretária Mariaugusta visitaram a Escola Parque³ e denunciaram a depredação desse símbolo da educação pública moderna, anunciando que o governo não iria iniciar novas obras enquanto não recuperasse o patrimônio público escolar.

O Programa SOS Escola, anunciado em dez dias do governo, foi colocado como plano de emergência para salvar a escola pública. Este programa foi centralizado no Departamento de Ensino de 1º e 2º Graus e desenvolvido por uma equipe de assistência pedagógica e pessoal de construção e reparo de infra-estrutura.

Ainda no mês de março o governo anunciaria um programa emergencial de ação, o Programa de 100 Dias, no qual ratificava os compromissos com a mudança e definia a área social como prioridade para elevar as condições de vida do povo. Para a educação, o programa previa dez frentes de atuação do governo, a saber:

- 1- *Recuperar a Escola Parque Anísio Teixeira – com capacidade para 7.000 alunos – em suas instalações físicas e equipamentos essenciais, assegurando, no período deste Programa, o funcionamento de pelo menos um de seus núcleos.*
- 2- *Recuperar pelo menos 100 escolas, no período do Programa, antes da construção de qualquer nova unidade.*
- 3- *Criar o programa “SOS Escola”, mobilizando a comunidade para a formação de núcleos com finalidade de executar pequenos reparos de urgência nas escolas da rede estadual – faxina geral, pintura, trabalhos de pedreiro, serviços de carpintaria.*
- 4- *Deflagrar a Campanha contra o Analfabetismo, com ênfase na escolarização básica, além de ampliar a oferta de classes noturnas regulares.*
- 5- *Incrementar – suprindo as deformações atuais – os programas de merenda escolar e saúde via escola, de material escolar, de distribuição do livro didático, dentre outros.*
- 6- *Implantar o projeto piloto “Sábado e Domingo na Escola”, visando ao atendimento de adultos em programas integrados de educação geral, profissionalização e lazer.*
- 7- *Lançar programas de educação à distância, via rádio e televisão.*
- 8- *Criar o programa de desenvolvimento infantil, com apoio das Nações Unidas, voltado, inicialmente, para crianças carentes da comunidade negra, visando à preservação e ao desenvolvimento de seus valores culturais.*
- 9- *Cadastrar todos os servidores da Secretaria de Educação para promover o remanejamento adequado, com prioridade para o aumento do número de professores em salas de aula.*
- 10- *Programar concursos públicos, para realização ainda este ano, na área da educação de 1º e 2º graus (PROGRAMA DE 100 DIAS, 1987, p. 4-6).*

Essas dez frentes de atuação passariam ao largo de um diagnóstico mais abrangente sobre a situação da educação no estado. Dessa forma, repetia-se uma lista

³ A criação da Escola Parque foi inspirada nos ideais da Escola Nova e constitui-se como modelo para a educação baiana.

recorrentemente invocada pelos governos, sem trazer novidades que expressassem esforços de edificação de uma nova prática de gestão.

Impulsionado pela pressão dos professores, desenhou-se nesse período também a discussão de alguns temas tais como: a) processo de escolha de diretores nas escolas; b) rediscussão do Plano de Carreira do Magistério do Nível Superior, uma vez que Waldir Pires negava-se a efetivar o plano aprovado pelo governador João Durval Carneiro, seu antecessor; c) Plano de Carreira dos Professores do Nível Básico.

No mesmo ano, foi aprovada a Lei nº 4.694, que estruturou o Plano de Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus e que foi regulamentada pelo Decreto nº 506/87. Tais ações, contudo, ficavam bem aquém das expectativas geradas. Assim, paralelamente ao desgaste do governo da Nova República, o governo do estado não conseguia operar as mudanças anunciadas, pelo menos não no ritmo esperado. O distanciamento entre as expectativas de mudanças geradas durante as eleições de 1986 e as frustrações acumuladas ao longo do primeiro ano de governo fica bem explicitado no dossiê produzido pela APLB (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia), o qual, traçando um diagnóstico da situação da educação no estado, denunciava:

A educação na Bahia sempre foi tratada com descaso e desprezo por todos os governantes do período autoritário. As esperanças dos baianos reacenderam-se com a instalação do Governo Democrático que, juntos, conquistamos, inclusive com expressivo apoio dos professores baianos. Um ano depois, no entanto, sobra frustração, a angústia toma conta da Educação no Estado.

Estamos no início de maio de 1988 e a maioria das escolas na rede estadual ainda não teve iniciadas as aulas, regularmente; por absoluta e incompreensível falta de segurança muitas escolas foram depredadas, há falta de carteiras na maioria delas, grande parte sequer dispõe de material escolar e administrativo. Os professores foram traídos. O Plano de Carreira, conquistado a duras penas e após várias greves, diminuiu salários, penalizou a maioria, extinguiu direitos adquiridos. Vagas foram aumentadas sem qualquer planejamento e há superlotação de alunos em grande parte das escolas, o que prejudicará sensivelmente a qualidade do ensino e do aprendizado no início das aulas que ninguém sabe quando ocorrerá, regularmente (APLB, 1985, p. 1).

Aos poucos, a esperança depositada no “governo da mudança” ia sendo substituída pelo descrédito e, dentro de um projeto de ofensiva da oposição, sob o comando de ACM, em meses tornou-se alvo de sucessivos ataques na mídia, a qual o afastava cada vez mais do apoio popular.

João Gomes afirma que o ministro das Comunicações, ACM, esmagado nas urnas, armou-se de um “*formidável porrete tecnológico para agredir noite e dia o governo da mudança*” (GOMES, 2001, p. 337) e fez dessa prática um recurso para beneficiar seus aliados

e manter-se no poder. Segundo ele, a cruzada de desmoralização do governo não tinha limites. De fato, o ministro estava permanentemente em evidência nos diversos meios de comunicação e invariavelmente tecendo críticas ao governo do Estado, tachando-o de incapaz, indeciso e até mesmo de fazer da máquina pública um aparelho de usufruto pessoal, como no caso da denúncia dos supostos banquetes organizados por Waldir Pires na Governadoria.

3- Considerações finais

Se a tônica social do governo da Nova República era um diferencial, no “governo democrático da mudança” isso era a base do discurso e fora destacado como prioridade absoluta. Suas idéias permaneciam fiéis ao nacional-desenvolvimentismo, e talvez isso se tenha constituído em sua fortaleza, num primeiro momento, e em sua fraqueza, num contexto em que tal projeto já não empolgava mais os setores dominantes. Assim, embora se constituísse no discurso dominante da transição, o discurso de Waldir Pires já não encontrava sustentação para se impor ao carlismo.

No início de 1989, Waldir Pires afastou-se do governo do Estado para concorrer à vice-presidência da República, na chapa encabeçada por Ulysses Guimarães (ambos pelo PMDB). De 1989 a 1991 o governo do estado foi assumido por Nilo Coelho, quando a cruzada da desmoralização foi intensificada mediante as denúncias de improbidade administrativa. Enfim, os quatro anos do que seria o governo de mudanças profundas no exercício do poder, mediante o desenvolvimento democrático cristalizado no aumento do padrão de vida e da capacitação do conjunto da população, foram maculados como um período de retrocessos econômico, político, social e cultural.

Em relação à educação, o quadro era particularmente degradante. Todos os jornais e a TV com maior inserção no Estado noticiavam o caos em que estava enredado o sistema estadual de educação.

Professores, carteiras, merenda e material escolar estão ausentes em inúmeras escolas do interior da Bahia, mantidas pelos governos estadual e municipais. Milhares de alunos estão fora das escolas porque não conseguiram matrículas ou os colégios onde se matricularam estão em reformas. Na zona rural, professoras leigas, diante da necessidade de manter a disciplina, agravada pela fome das crianças, apelam para a tradicional palmatória e outros castigos. Mas elas também são castigadas pelos salários aviltantes de até Cr\$ 600 mensais (DEFICIÊNCIA DA EDUCAÇÃO GERA PROTESTO DE ALUNOS, 1990, p. 3).

A partir de setembro de 1990, o sistema estadual de educação básica praticamente parou, chegando a ponto de o Conselho Estadual de Educação manifestar-se publicamente em matéria paga divulgada pelo jornal *Tribuna da Bahia*, em 23 de novembro de 1990,

reconhecendo a situação da escola pública na Bahia como gravíssima e recomendando à Secretaria de Educação do Estado da Bahia algumas medidas para a viabilização do ano letivo de 1990, entre as quais:

- *providências urgentes quanto aos meios necessários ao cumprimento das alternativas aprovadas, dentre elas o provimento do número de professores imprescindíveis para o funcionamento regular de cada escola.*
- *constituição imediata de Comissão Emergencial de Inspeção, ampliando o setor competente com pessoal remanejado de outros setores do nível central do sistema, bem como das SUREDs [Superintendências Regionais de Educação], se necessário, com o objetivo específico de acompanhar as propostas de conclusão do ano letivo de 1990, organizadas pelas escolas a partir das alternativas aprovadas por este Parecer, encaminhando Relatório de cada UE para este Conselho.*
- *oferta, por parte do Departamento de Educação Continuada, de exames supletivos, com publicação de resultados até 31.12, possibilitando, aos alunos que o desejarem, a conclusão do seu curso, sobretudo quanto aos do 2º grau, com vistas aos exames vestibulares para o ensino superior (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1990, p. 3).*

Nas eleições de 1990, ACM saiu vitorioso. Ele, que já havia sido governador do Estado por duas vezes, mas em nenhuma delas tinha sido eleito, enfim conseguia a consagração das urnas. A eleição de ACM se deu num contexto de descrédito do governo do estado e coincidiu com um período de intensificação da cruzada antidesenvolvimentista e pró-social-liberalismo, deflagrada desde a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, um ano antes das eleições para governador. Assim, enquanto o país erigia à presidência, um quadro político supostamente novo e, portanto, condizente com a perspectiva de renovação que o período encerrava, a Bahia, voltava a ser comandada pelas forças políticas antes rejeitadas e historicamente vinculadas aos setores econômicos dominantes.

Convém lembrar que, excetuando-se dois intervalos – 1975-1979 e 1987-1991 –, desde 1971 o carlismo (grupo político liderado à época por ACM) vinha se mantendo à frente do governo do estado. Não obstante, só na última década ele conseguiu a hegemonia almejada. Este é o pano de fundo das sucessivas vitórias que o grupo vinha logrando desde as eleições de 1990 até as eleições de 2006, quando sofreria uma derrota memorável na disputa do cargo para governador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APLB - Associação dos Professores Licenciados da Bahia. **Chega de angústia na educação.** Salvador: APLB, 1985, 5 p. (mimeo).

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil:** para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

CAMARGO, Aspásia. As dimensões da crise. In: CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (Org.). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1989.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. O ano letivo de 1990. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 23 nov. 1990.

Deficiência da educação gera protesto de alunos. **A Tarde**, Salvador, 22 ago. 1990. Caderno 1, p. 3.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

GOMES, João Carlos T. **Memórias das trevas**: uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (orgs.).

Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PIRES, Waldir F. (Discurso de posse do governador). **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXI, nº 13.544, 16 mar. 1987, Caderno 1, p. 14, 15 e 16.

PROGRAMA DE 100 DIAS. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXI, nº 13.557, 31 mar. 1987, Caderno 1, p. 4,5 e 6. (Governador Waldir Pires).

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.